



MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA
CÂMARA MUNICIPAL

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO, GESTÃO FINANCEIRA E CONTRATAÇÃO PÚBLICA

REUNIÃO Nº 26/2020

ASSUNTO

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DO DIA 23 DE DEZEMBRO DE 2020



SUMÁRIO:

Fl.

01- Abertura	1
02- Antes da ordem do dia	-
03- Balancetes	2
04- Pagamentos	2
05- Decisões do Presidente	-
06- Obras públicas.....	-
07- Fornecimentos diversos	-
08- Obras particulares.....	3-4
09- Pessoal	4-7
10- Requerimentos diversos	-
11- Expediente diverso	-
12- Deliberações diversas	7-35
13- Outros assuntos	-
14- Encerramento	35

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

DE

PONTE DA BARCA

ATA Nº 26/2020

Data da Reunião: Vinte e três de dezembro de dois mil e vinte

Local da Reunião: Reunião realizada por videoconferência

Presidiu: AUGUSTO MANUEL DOS REIS MARINHO

Presenças

Presidente:

Augusto Manuel dos Reis Marinho

Vereadores:

Inocência Lobo Araújo

Maria José da Silva Gonçalves

Pedro Miguel Ferreira Sousa Lobo

José Alfredo Pereira Bastos Oliveira

Fernanda Maria Marques da Costa

Sílvia Manuela Carneiro Amorim Torres

Início da Reunião: Dez horas

Encerramento: Onze horas e cinquenta e oito minutos

Secretariou a reunião: Marta Alexandra Rocha Pereira Gonçalves

Ordem cronológica por que foram tratados os assuntos:

Prestou Colaboração Técnica:

OBS:

- APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO DE 27 DE NOVEMBRO DE 2020: - A Câmara Municipal, em cumprimento do disposto no número 2, do artigo 92º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, redação que lhe foi dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no nº 4, do citado artigo, deliberou, por maioria, com abstenção da senhora Vereadora Sílvia Torres, por não ter estado presente na reunião, aprovar a ata da reunião, realizada no dia vinte e sete de novembro do corrente ano, pelo que irá ser assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da respetiva reunião.

PONTO Nº: 3- BALANCETES

3.1.- RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento do Balancete de Tesouraria, relativo ao dia 22/12/2020, que apresentava o seguinte saldo:

Dotações Orçamentais.....651.154,20€

Dotações Não Orçamentais.....237.714,77€

PONTO Nº: 4- PAGAMENTOS

4.1.- PAGAMENTOS

----- Presente, para conhecimento, a relação das ordens de pagamento, numeradas intercaladamente de 1309 a 2997 inclusive, no valor de 412.338,81€.

4.2.- DESPESA

----- Durante o período compreendido entre o dia 05/12/2020 e o dia 18/12/2020 inclusive, o Diário de Despesa teve a seguinte movimentação:

Cabimentado.....	254.954,32 €
Compromissado.....	414.927,14 €
Pago.....	410.692,61 €
Operações não Orçamentais.....	1.759,76 €

PONTO Nº: 8- OBRAS PARTICULARES

8.1.1. - PROJETO ARQUITETURA

Sara Sofia Esteves Alves a requerer aprovação do projeto de arquitetura da construção de edifício destinado a habitação unifamiliar de tipologia T2, sito na Rua da Pena (Lugar da Pena) - freguesia de Touvedo S. Lourenço - Processo LE-EDI 68/2020- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 03/12/2020.

António Sá Pereira e Maria Fernanda Cerqueira Pereira a requerer aprovação do projeto de arquitetura da reconstrução e ampliação de moradia unifamiliar tipologia T4, sito no lugar do Sobrado - freguesia de Bravães - Processo LE-EDI 21/2020- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 03/12/2020.

Thomas Daniel Chippendale a requerer aprovação do projeto de arquitetura da ampliação de moradia unifamiliar tipologia T3 e construção de piscina sito no lugar de Goje - freguesia de Sampriz - Processo LE-EDI 65/2020 - Deferido por despacho do Sr. Vereador de 11/12/2020.



Ana Adelina de Oliveira Coelho a requerer aprovação do projeto de arquitetura da demolição e construção de moradia unifamiliar tipologia T3, sita no lugar do Cotinho - freguesia de Grovelas - Processo LE-EDI 78/2019 - Deferido por despacho do Sr. Vereador de 16/12/2020.

8.1.2. - PROJETOS DE ESPECIALIDADES

Maria Fernanda Alves de Brito a requerer aprovação dos projetos de especialidades da reconstrução e ampliação de edifícios para alojamento local e construção de piscina, muros e serventias, sito na Rua das Três Torres – Touvedo S. Lourenço- Processo LE-EDI 43/2019- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 11/12/2020.

Sónia Fernandes da Silva Pereira a requerer aprovação dos projetos de especialidades da construção de moradia unifamiliar na tipologia T1, sito na Rua do Barreiro, freguesia de Oleiros- Processo LE-EDI 28/2020- Deferido por despacho do Sr. Vereador de 11/12/2020.

PONTO Nº: 09 – PESSOAL

9.1.- ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE RECRUTAMENTO DE UM TÉCNICO SUPERIOR DE PSICOLOGIA

- Proposta-

- No seguimento da informação interna registada sob o nº 1526, em 03/03/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: “Considerando a informação constante no documento n.º 1526/2020 da Divisão de Administração, Gestão Financeira e Contratação Pública, em que identifica a necessidade de recrutamento de um Técnico Superior, com licenciatura em psicologia para a Divisão Sociocultural, e que se transcreve:

“Considerando que:

É competência deste Município o recrutamento do pessoal não docente do Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca;

Atualmente o referido Agrupamento de Escolas funciona em três Centros Escolares, consideravelmente distanciados entre si, com uma população estudantil de cerca de mil e duzentos e cinquenta estudantes, com

faixas etárias compreendidas entre os três e os dezoito anos de idade;

No mapa de pessoal do Município constam três lugares de técnico superior de Psicologia, sendo que apenas dois estão ocupados, e somente uma dessas técnicas exerce funções na área Educacional;

É manifestamente insuficiente apenas uma técnica com experiência nesta área para dar apoio a uma comunidade estudantil desta grandeza, com diferentes necessidades de apoio psicológico, psicopedagógico e vocacional, propõe-se a abertura de um procedimento de recrutamento de um técnico superior da área da Psicologia, com inscrição válida na Ordem dos Psicólogos como membro efetivo.”

Considerando que:

1. Se trata de uma necessidade permanente;
2. O posto de trabalho está previsto no mapa de pessoal para 2020 e no plano anual global consolidado de recrutamentos autorizados para 2020;
3. Existem fundos disponíveis e as verbas encontram-se cabimentadas;
4. À data não existem reservas de recrutamento constituídas na autarquia que possam satisfazer as necessidades identificadas;
5. Consultada a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho declarou a inexistência da Entidade Gestora da Requalificação nas Autarquias – EGRA, conforme entrada n.º 4819, de 06 de maio de 2020;
6. O recrutamento é feito por procedimento concursal restrito aos trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado, de acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação;
7. A autarquia pode ainda recrutar trabalhadores com vínculo de emprego público a termo ou sem vínculo de emprego público, mediante procedimento concursal a que possam concorrer os trabalhadores com e sem vínculo de emprego público, aberto ao abrigo e nos limites constantes do mapa anual global, conforme refere o n.º 4 do mesmo artigo.
8. O recrutamento é precedido de aprovação do órgão executivo, de acordo com o previsto no n.º 1, do artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (LTFP), conjugada com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro.
9. De acordo com o informado, a que se refere o Proc. N.º 2133/2020, pelo Chefe da Unidade Financeira e de Compras Públicas, o Município à data de 31 de dezembro de 2019, não se encontra na situação prevista no n.º

1 do artigo 58.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Proponho:

1 - Que seja autorizado a abertura de procedimento concursal com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para ocupação de um posto de trabalho para a carreira e categoria de Técnico Superior, com licenciatura em psicologia, Área de Psicologia (Escolas) – Ações de apoio psicológico e psicopedagógico: Atendimentos individuais; Atendimentos em grupo. Ações de aconselhamento, informação e orientação escolar e profissional. Elaboração de relatórios de avaliação psicológica e pareceres técnicos sobre os alunos. Cooperação nas áreas da sua especialidade, com os órgãos de administração e direção da escola, numa perspetiva de fomento da qualidade e da inovação educativa; Aplicação do método de avaliação psicológica no âmbito do recrutamento e seleção nos procedimentos concursais.

2 – Que o recrutamento se inicie de entre trabalhadores detentores de um vínculo de emprego público por tempo indeterminado ou que se encontrem em situação de valorização profissional, nos termos do previsto no n.º 3, do artigo 30.º da LTFP, conjugado com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro.

3 – Que, tendo em conta os princípios de racionalização e eficiência que devem presidir à administração da atividade municipal, no caso de impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho por aplicação do âmbito anterior, deverá proceder-se ao recrutamento de trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo determinado ou determinável ou sem relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, nos termos do previsto no n.º 4, do artigo 30.º da LTFP e de acordo com o mapa anual consolidado de recrutamentos autorizados do Município de Ponte da Barca para o ano de 2020, aprovado pela Câmara Municipal, em 31/10/2019 e pela Assembleia Municipal, em 21/12/2019, e nos termos do meu despacho de 04 de fevereiro de 2020, publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 42, de 28 de fevereiro de 2020.

4 – Que os métodos de seleção obrigatórios sejam a prova de conhecimentos e a avaliação psicológica, nos termos do artigo 36.º da LTFP. Caso o candidato se encontre na situação prevista do n.º 2 do artigo 36.º da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, os métodos de seleção serão a avaliação curricular e a entrevista de avaliação de competências, complementados por métodos de seleção facultativos.

5 – Que o prazo para apresentação de candidaturas seja de 10 dias úteis, nos termos do artigo 18.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 04 de dezembro de 2020



O Presidente da Câmara Municipal,

Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho “

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

PONTO Nº: 12 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS

12.1.- PERIODICIDADE DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL – ANO 2021

----- De harmonia com o disposto no nº 2, do artº 40º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Excelentíssimo Presidente da Câmara propôs que as reuniões ordinárias da Câmara Municipal, para o ano de 2021, se realizem quinzenalmente, pelas 10H00, nos dias a seguir mencionados, a ter lugar na Sala de Reuniões, sita no Edifício dos Paços do Concelho:-----

Dia:

7 de janeiro

21 de janeiro

04 de fevereiro

18 de fevereiro

04 de março

18 de março

01 de abril

15 de abril

29 de abril

13 de maio

27 de maio

09 de junho

24 de junho

08 de julho

22 de julho

05 de agosto



19 de agosto

02 de setembro

16 de setembro

30 de setembro

14 de outubro

28 de outubro

11 de novembro

25 de novembro

09 de dezembro

23 de dezembro

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

12.2. – REPOSIÇÃO DE FUNDOS DE MANEIO

- Na sequência do cumprimento do artº 16º, do Regulamento da Constituição e Regularização de Fundos de Maneio, a Câmara Municipal tomou conhecimento da reposição dos Fundos de Maneio, que estavam constituídos a favor de:

- Presidente da Câmara, Augusto Manuel dos Reis Marinho – 500,00 €, correspondendo as seguintes rubricas da classificação económica:

- 02.01.02.02/Combustíveis e lubrificantes – gasóleo – 50,00 €

- 02.02.11/Representação dos serviços – 300,00 €

- 02.01.21/Outros bens – 150,00 €

- Vereador – José Alfredo Pereira Bastos Oliveira – 250,00 €, correspondendo as seguintes rubricas da classificação económica:

- 02.02.11/ Representação dos Serviços – 100,00 €;

- 02.02.25.99.99/ Serviços Diversos/ outros – 50,00€;

- 02.01.21/Outros bens – 100,00 €



- Vereadora - Fernanda Maria Marques da Costa - 125,00€, correspondendo às seguintes rubricas de classificação económica:

- 02.02.11/ Representação dos Serviços – 50,00 €;
- 02.02.25.99.99/ Serviços Diversos/ outros – 25,00€;
- 02.01.21/Outros bens – 50,00 €

- Vereador - Inocêncio Lobo de Araújo - 125,00€, correspondendo às seguintes rubricas de classificação económica:

- 02.02.11/ Representação dos Serviços – 50,00 €;
- 02.02.25.99.99/ Serviços Diversos/ outros – 25,00€;
- 02.01.21/Outros bens – 50,00 €

- Chefe de Divisão – Marta Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves – 300,00 €, correspondendo as seguintes rubricas da classificação económica:

- 02.02.09.03/Comunicações – Correios – 25,00 €
- 02.02.25.99.99/Serviços Diversos – Outros – 50,00 €
- 02.02.10/Transportes – 225,00

- Chefe de Divisão – Gisela Maria F. Azevedo Paredes– 250,00 €, correspondendo às seguintes rubricas da classificação económica:

- 02.02.25.99.99/Outros – 100,00 €
- 02.02.10/Transportes – 50,00
- 02.01.18/Livros e Documentação Técnica – 100,00

- Chefe de Divisão – João Ivo Silva Costa - 200,00 €, correspondendo às seguintes rubricas da classificação económica:

- 02.01.08/Material de escritório – 50,00 €
- 02.02.10/Transportes – 50,00
- 02.01.18/ Livros e Documentação Técnica – 100,00 €

- Chefe de Divisão – José Pedro de Oliveira Carneiro - 100,00 €, correspondendo às seguintes rubricas da classificação económica:

- 02.01.08/Material de escritório – 50,00 €



- 02.02.25.99.99/Serviços Diversos – Outros – 50,00 €

- Veterinário Municipal- Paulo Jorge Alves Martins – 100,00 €, correspondendo a seguinte rubrica da classificação económica:

04.020121/Outros bens – 100,00 €

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

12.3.- RAMAIS DE LIGAÇÃO A REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS

REDUÇÃO DE TARIFA DE LIGAÇÃO ÀS REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ÁGUAS RESIDUAIS

- Proposta de Isenção e Redução – 2021

- No seguimento da informação interna, registada sob o nº 5770, em 17/12/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: “Considerando que:

a) O Direito à Água e ao Saneamento foi considerado um Direito Humano, pela Resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas n.º A/RES/64/292, adotada em 28 de julho de 2010;

b) Compete, às autoridades locais, promover o acesso aos níveis mínimos essenciais do direito à água;

c) Para isso, urge assegurar medidas necessárias que deverão incluir políticas de preço adequadas, como tarifas reduzidas ou gratuitas;

d) A redução do valor das tarifas de ligação de água e dos encargos decorrentes da execução do ramal de ligação de água à rede pública, bem como da tarifa de ligação de saneamento e dos encargos decorrentes da execução do ramal de ligação de águas residuais ao coletor público, permitirá aos Barquenses a utilização dessas infraestruturas;

e) O Regulamento em vigor, e que se encontra em processo de revisão, impõe a obrigatoriedade de ligação aos sistemas públicos, prevendo ainda consequências em caso de incumprimento;

Proponho à Câmara Municipal o seguinte:

- Não aplicação da tarifa decorrente da execução de ramais, até 20m, e prolongamento nas redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, em consonância com o n.º4 do ponto 3.2.1.1 e do ponto 3.3.1.1 da Recomendação IRAR n.º 01/2009, que preconiza que os custos inerentes à construção de ramais dedicados a abastecimento e a saneamento só devem ser imputados ao utilizador final quando possuam uma

extensão superior a 20 metros;

- Redução de 20% da tarifa de ligação às redes de abastecimento de água e redes de águas residuais.

As reduções e isenções previstas na presente proposta entram em vigor após a competente autorização pelo órgão executivo do Município."

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 15 de dezembro de 2020

O Presidente da Câmara,

Augusto Manuel dos Reis Marinho

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

12.4.-- REGULAMENTO MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS

- Atualização do tarifário a aplicar em 2021-

- No seguimento da informação interna registada sob o nº 5775, em 17/12/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que:

O Município de Ponte da Barca é a entidade gestora dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem de águas residuais na área do concelho;

Durante um longo período, as tarifas de água e saneamento mantiveram-se inalteráveis.

É consabido que no nosso concelho têm de ser feitos melhoramentos significativos, quer ao nível das redes de abastecimento de água e de saneamento, quer ao nível do tratamento da água, por forma a fornecermos uma água de qualidade a toda a população;

A concessão dos Sistemas em Alta às Águas do Norte acarretou ao Município de Ponte da Barca um aumento considerável de custos. Atualmente o custo de aquisição do m³ cifra-se acima dos € 0,55;

A inevitável integração nos sistemas em alta teve e terá como consequência um substancial crescimento da despesa orçamental com estes serviços, sendo que esta corresponde aos custos inerentes às novas condições e exigências do desenvolvimento da atividade e para a qual cada município por si não dispõe nem de escala para operar isoladamente, nem de orçamento para suportar os elevadíssimos custos que são necessários para garantir os serviços essenciais em matéria de água e saneamento.

Considerando ainda que:

Relativamente às Águas Residuais no nosso concelho existem situações de extrema gravidade ao nível do saneamento básico, as quais devem ser prementemente solucionadas, almejando terminar com a existência de fossas coletivas, bem como despejos a céu aberto;

Este é um serviço também contratado com as Águas do Norte, mormente ao nível do tratamento dos efluentes, custo este que em último ratio é, parcialmente, suportado pelos municípios;

Concomitantemente, no que concerne aos sistemas de abastecimento de água os sucessivos governos tentaram durante mais de uma década impor como única solução a integração dos municípios em sistemas multimunicipais, processo que foi recusado pelo município de Ponte da Barca, em 24 de Abril de 2018. Atendendo ainda a que:

A correção desta disparidade de estruturas tarifárias e preços tem sido prioritária no desenvolvimento do quadro regulamentar, legislativo e institucional do setor, na medida em que é considerada como o obstáculo de fundo à utilização mais eficiente dos recursos, à sustentabilidade económica das entidades gestoras e à manutenção da capacidade em realizar os investimentos necessários à garantia de universalidade e qualidade dos serviços prestados;

Por outro lado, a manutenção da atual situação constitui um fator de insustentabilidade para as finanças municipais.

Torna-se assim imperativa a conformação da prática do município de Ponte da Barca nos domínios das Águas Residuais e dos Resíduos Urbanos com as orientações regulamentares e legislativas aplicáveis às tarifas a praticar nestes domínios.

Pelo exposto proponho, ao abrigo do disposto na alínea e), do nº1, do artº 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, a aprovação da atualização das Tarifas a aplicar em 2021, com referência às projeções publicadas pelo Banco de Portugal, nos termos do n.º1 do art.75º do Decreto Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, na sua redação atual, e que para o ano de 2021 se projeta em 0,8, nos termos do nº 2, do art. 1º, do Anexo II, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água e de Drenagem de águas Residuais, até à aprovação da nova estrutura tarifária decorrente do Processo de Revisão/Elaboração dos Regulamentos Aplicáveis aos Serviços Públicos de Abastecimento de Água e de Drenagem de Águas Residuais.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 15 de dezembro de 2020

O Presidente da Câmara,

Augusto Manuel dos Reis Marinho”



----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta. Votaram contra os senhores Vereadores do PS, Pedro Sousa Lobo e Sílvia Torres. Absteve-se a senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves.-----

- O senhor Presidente ditou para a ata a seguinte Declaração de Voto: "Apesar de não gostar de fazer a atualização tarifária, ela decorre da Lei e o Município terá que o fazer, conforme solicitado pela ERSAR no sentido de alcançar o grau de cobertura dos custos."-----

12.5 - FEIRA QUINZENAL DE PONTE DA BARCA – ESPAÇOS DE VENDA

- Redução de Taxas-

- Proposta -

- No seguimento da informação interna registada sob o nº 5702, em 16/12/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Ao longo dos últimos anos o Município de Ponte da Barca tem deliberado reduções de 27%, 30% e 50% às taxas aplicáveis à Feira quinzenal;

- Quer os feirantes, quer as associações representativas dos mesmos solicitaram a manutenção da referida redução;

- Considerando a importância que esta atividade económica desempenha na economia local e nomeadamente no impulso de uma maior dinamização económica, bem como a entrada em vigor do novo Regulamento Municipal do Comércio a Retalho Não Sedentário Exercido por Feirantes e Vendedores Ambulantes, proponho que se aplique uma redução de 50%, no ano de 2021, a produzir efeitos após a data da deliberação do órgão competente para a sua aprovação.

- A necessidade do Município adotar medidas destinadas a minimizar o impacto causado pela pandemia de Covid-19, nas famílias e empresas que vivem e laboram em Ponte da Barca;

- Mais proponho que a Câmara Municipal delibere submeter, nos termos da alínea b), do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, e nos termos do n.º 7 do art.º 7º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas Municipais do Município de Ponte da Barca, a presente proposta à aprovação da Assembleia Municipal.
Câmara Municipal de Ponte da Barca, 16 de dezembro de 2020

O Presidente da Câmara,

Augusto Manuel dos Reis Marinho”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----

12.6.- DESISTÊNCIA DA ATRIBUIÇÃO DO LOTE 5 DO PARQUE EMPRESARIAL DO RODO PELA EMPRESA LUSOMEL – MEL DE PORTUGAL, LDA.

- No seguimento de pedido formulado pela empresa Lusomel – Mel de Portugal, Lda, registado sob o nº 11752, em 10/12/2020, pela Divisão de Desenvolvimento Económico e Gestão Urbanística foi prestada a informação que se transcreve: “Submete-se à consideração superior o envio a reunião de Câmara a desistência da atribuição do lote 5 do Parque empresarial do Rodo pela empresa Lusomel- Mel de Portugal, Lda. , solicitada através da entrada 11752/2020 em 10/12/2020. “

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aceitar a desistência solicitada. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PS, Pedro Sousa Lobo e Sílvia Torres, bem como a senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves.-----

12.7.- DESISTÊNCIA DA ATRIBUIÇÃO DO LOTE 6 DO PARQUE EMPRESARIAL DO RODO PELA EMPRESA DÊ DÊ MÚSICA UNIPessoal, LDA.

- No seguimento de pedido formulado pela empresa Dêdê Música Unipessoal, Lda , registado sob o nº 11991, em 16/12/2020, pela Divisão de Desenvolvimento Económico e Gestão Urbanística foi prestada a informação que se transcreve: “Submete-se à consideração superior o envio a reunião de Câmara a desistência da atribuição do lote 6 do Parque empresarial do Rodo apresentada pela empresa Dê Dê Música Unipessoal, Lda., através da entrada 11991/2020 em 16/12/2020. “-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aceitar a desistência solicitada. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PS, Pedro Sousa Lobo e Sílvia Torres.-----



12.8. - AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA “CONSERVAÇÃO E GESTÃO DA BIODIVERSIDADE NAS FREGUESIAS DO PNPG

- PONTE DA BARCA”
- Concurso Público -
- Relatório Final-
- Aprovação de minuta do contrato-

- No seguimento da informação interna registada sob o nº 6478, em 19/11/2019, e da deliberação do Executivo de 28/11/2019, pela Unidade de Financeira e de Compras Públicas foi prestada a informação que se transcreve: “Para autorização de forma a submeter o presente procedimento a reunião de Câmara para aprovação do Relatório Final e da minuta do contrato. O júri elaborou Relatório Final propondo a adjudicação da prestação de serviço para Conservação e Gestão da Biodiversidade nas Freguesias do PNPG- Ponte da Barca, à empresa Ambiflora-Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, Ld.ª, pelo valor de 188.450,95€. (mais IVA). Junto se remete ainda a minuta do contrato para aprovação superior. Mais se solicita autorização superior para remeter o procedimento à próxima reunião de Câmara, para deliberação deste órgão.

CONTRATO Nº ____/2020

Contrato de aquisição de serviços para Conservação e Gestão da Biodiversidade nas Freguesias do PNPG- Ponte da Barca, celebrado entre a Câmara Municipal de Ponte da Barca e a empresa Ambiflora – Serviços de silvicultura e Exploração Florestal, Ld.ª, com sede no Lugar Novo, Rua da Linha Férrea, n.º 10, 4700-711 Palmeira- Braga.-----

----- Ao dia do mês dede dois mil e vinte, nesta Vila de Ponte da Barca e Divisão de Administração, Gestão Financeira e Contratação Pública, da Câmara Municipal, comigo, Marta Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves, Chefe de Divisão de Administração, Gestão Financeira e Contratação Pública, servindo de Oficial Público da mesma Câmara compareceram:-----

----- PRIMEIRO: Augusto Manuel dos Reis Marinho, divorciado, natural da freguesia de Ponte da Barca, concelho de Ponte da Barca, residente na Estrada do Mosteiro, nº 762, 4980-832 - Ponte da Barca, na qualidade de Presidente da Câmara, do Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva número 505 676 770, em nome da mesma outorgando, conforme poderes que lhe são conferidos pela alínea f), do nº 2, do art.º 35º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de doze de setembro.-----



--- SEGUNDO: Hélder Jorge Oliveira Ventura, titular do Cartão de Cidadão n.º 10651734, residente no Lugar Novo, Rua da Linha Férrea, n.º 10 – 4700-711 Palmeira Braga, na qualidade de representante legal da empresa, Ambiflora – Serviços de Silvicultura e Exploração Florestal, Ld.ª, conforme cópia da certidão permanente da empresa, que arquivai, em nome da mesma outorgando com o número de identificação de pessoa coletiva 506475433.-----

----- E PELO PRIMEIRO OUTORGANTE FOI DITO:-----

----- Que por deliberação, de vinte e oito de novembro de dois mil e dezanove, foi aberto procedimento por concurso público com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia, efetuado nos termos do nº 1 da alínea a) do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pela Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro e por deliberação de ____ de ____ de dois mil e vinte, foi adjudicado ao segundo outorgante a “aquisição de serviços para Conservação e Gestão da Biodiversidade nas Freguesias do PNPG- Ponte da Barca”, pelo valor total de cento e oitenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta euros e noventa e cinco cêntimos, acrescido de IVA, cuja minuta do contrato foi aprovada por deliberação de ____ de ____ de dois mil e vinte, nas seguintes condições:-----

----- PRIMEIRA: O Segundo Outorgante obriga-se a prestar o serviço, nas condições e termos expressos no Caderno de Encargos, documentos que, assinados pelos outorgantes, ficam a fazer parte integrante deste contrato.-----

----- SEGUNDA: O encargo total resultante deste contrato vai ser satisfeito através da seguinte rubrica Orçamental U4/020220, do Orçamento Municipal em vigor, cujo compromisso tem o número dois mil, trezentos e setenta e cinco, datada de catorze de dezembro de dois mil e vinte.-----

----- TERCEIRA: Em tudo o que se encontrar omissa neste contrato e nos documentos, aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.-----

----- QUARTA: O presente contrato tem uma duração de três anos, entrando em vigor com a assinatura do mesmo.

----- QUINTA: Em cumprimento do n.º 1 do artigo 290º-A do CCP, fica nomeado como gestor do contrato o técnico Vítor Manuel da Silva Azevedo.-----

----- SEXTA: Para todas as questões emergentes deste contrato é estipulado o foro do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga.-----

----- PELO SEGUNDO OUTORGANTE FOI DITO:-----

----- Que são do seu inteiro conhecimento todas as condições e cláusulas, a cujo cumprimento se obriga.-----

----- Foram apresentados pelo segundo outorgante os seguintes documentos:-----



----- a) Certidão emitida pelo Serviço de Finanças, datada de _____ de _____ de dois mil e vinte, válida pelo período de três meses;-----

----- b) Declaração emitida pelo Instituto da Segurança Social, datada de ____ de _____ de dois mil e vinte, válida pelo prazo de quatro meses;-----

----- c) Certificados de Registo Criminal.-----

----- Para constar se lavrou o presente contrato que vai ser assinado pelos intervenientes, depois de lido em voz alta na presença simultânea de ambos, e explicado o seu conteúdo e efeitos por mim, Marta Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves, Chefe de Divisão de Administração, Gestão Financeira e Contratação Pública, como oficial público neste ato.-----

O Primeiro Outorgante

O Segundo Outorgante

O Oficial Público”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório Final, bem como a minuta do contrato supra transcrita.-----

12.9- CONSTITUIÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE TERRENOS

- Presente informação interna da Divisão de Desenvolvimento Económico e Gestão Urbanística, registada sob o nº 5389, em 20/11/2020, que se transcreve: “No âmbito do procedimento administrativo relativo às operações de loteamento ao abrigo do n.º 2, do artigo 49.º do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas de Urbanização e Edificação, no caso do quantitativo da taxa na realização, manutenção e reforço de infra-estruturas urbanísticas, designada por taxa de urbanização (TRMU), ser totalmente substituída por parcelas e/ou lotes, que deverão possuir um valor equivalente à taxa a pagar definido por Comissão de Avaliação de Terrenos, torna-se necessário proceder à constituição da referida Comissão, composta por 3 (três) técnicos desta autarquia, que possuem conhecimentos específicos e experiência na matéria em causa, por forma a operacionalizar a compensação prevista no n.º 4 do artigo 44.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.”

Mais informa o Chefe daquela Divisão o seguinte: “Considerando o exposto na informação do gestor de

procedimento, que visa operacionalizar o estabelecido no n.º 4, do artigo 44.º, do RIUE, propõe-se que seja submetido a reunião de Câmara a constituição da Comissão de Avaliação de Terrenos prevista no artigo 49.º, do Regulamento Municipal de Taxas e Outras Receitas de Urbanização e Edificação. Sugere-se que a comissão seja constituída pelos seguintes técnicos desta autarquia que possuem conhecimento específicos e experiência na matéria em causa: Eng.º António Cerqueira, Eng.ª Ana Rita Amorim e Eng.º André Primo. "-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, concordar com a informação dos Serviços.-----

12.10.- RODOMINHO – TRANSPORTES E TURISMO, LDA-

- Serviço de transportes escolares para os circuitos especiais para o ano letivo de 2020-2021 – Contratos n.ºs 28, 29 e 32/2020, celebrados em 16/09/2020-
- Autorização de cessão de posição contratual-

- No seguimento de pedido formulado pela empresa Rodominho – Transportes e Turismo, Lda, registado sob o nº 11017, em 12/11/2020, pela Unidade de Financeira e de Compras Públicas foi prestada a informação que se transcreve: "No seguimento da solicitação de autorização para cessão da posição contratual, por parte da empresa Rodominho - Transportes e Turismo, Lda e respetiva cedência à empresa Alvegal - Viagens e Turismo, Lda e considerando que:

- Consta expressamente, na cláusula 19ª do caderno de encargos (que faz parte integrante do contrato) a possibilidade de cessão da posição contratual;
- A empresa Alvegal- Viagens e Turismo, Lda apresentou os documentos de habilitação;
- A empresa Alvegal- Viagens e Turismo, Lda, preenche os requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira;
- Existe acordo de cessão da posição contratual assinado pelas duas empresas, este serviço não vê qualquer inconveniente na aceitação da posição contratual dos contratos n.º 28/2020, 29/2020 e 32/2020.

Em caso seja este o entendimento, deverá o processo ser submetido à próxima Reunião de Câmara, para autorização do referido pedido."-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a cessão da posição contratual nos contratos n.ºs 28/2020, 29/2020 e 32/2020.-----



12.11.- PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A CONFRARIA DE SANTA RITA

- Proposta-

- Aprovação de minuta-

- No seguimento de pedido formulado pela Confraria de Santa Rita, registado sob o nº 8141, em 20/08/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que: O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer;

A Confraria de Santa Rita solicitou a colaboração da Câmara Municipal para o arranjo do telhado da capela da Santa Rita.

Os interesses públicos que à Autarquia competem podem ser concretizados quer através de investimentos próprios, quer delegando competências ou subsidiando investimentos, in casu concretizam-se através da celebração de um protocolo, onde além do mais se estabelece o montante do apoio financeiro a suportar pelo município;

Nos termos da alínea o), nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos.

Assim, proponho a aprovação da presente minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Ponte da Barca e a Confraria de Santa Rita.

Ponte da Barca, 16 de dezembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

(Augusto Manuel dos Reis Marinho, Dr.)

Minuta

Protocolo entre o Município de Ponte da Barca e a Confraria de Santa Rita

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva nº 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, 4980-620 Ponte da Barca, devidamente representada pelo seu Presidente, Augusto Manuel dos Reis Marinho, conforme

poderes que lhe são conferidos no artigo 35º, nº 1, alínea a), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e

A Confraria de Santa Rita, pessoa coletiva nº 501542620, devidamente representada pelo seu Presidente, Joaquim Francisco Araújo Gomes e de acordo com a autorização que lhe foi conferida pelos órgãos da referida Confraria.

Nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Pelo presente protocolo, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e a Confraria de Santa Rita, acordam o apoio financeiro à referida instituição para o arranjo do telhado da capela da Santa Rita.

Cláusula 2ª

A Câmara Municipal de Ponte da Barca transfere para a Confraria de Santa Rita, o valor total de 18.400,00 €, com IVA incluído, sendo que este valor será pago até ao final do ano 2021, de acordo com a disponibilidade de tesouraria do município, sendo que a despesa tem o nº de compromisso 2020/2397. A Confraria de Santa Rita responsabiliza-se pela correta utilização da verba a receber, bem como pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3ª

A Câmara Municipal reserva-se o direito de acompanhar a execução da empreitada objeto do presente protocolo, em colaboração com a Confraria de Santa Rita.

Cláusula 4ª

Qualquer revisão ou adaptação do presente protocolo de colaboração será acordada entre todos os outorgantes e celebrados os competentes aditamentos a este documento, por escrito.

Ponte da Barca, aosdias do mês de

O presente Protocolo foi feito em duplicado, ficando um exemplar, devidamente assinado e autenticado com selo branco, na posse de cada um dos outorgantes.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca,

Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho

O Presidente da Confraria de Santa Rita

Joaquim Francisco Araújo Gomes"

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, bem como a minuta do protocolo, supra transcrita.-----

12.12 – JUNTA DE FREGUESIA DE NOGUEIRA

- Pavimentação da área circundante à Sede de Junta-
- Pedido de cedência de cubo-
- Proposta-

- No seguimento de pedido formulado pela Junta de Freguesia de Nogueira, registado sob o nº 7205, em 27/06/2019, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: “Considerando que, de acordo com a alínea c) do n.º2 do art.º 23, do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, os municípios dispõem de atribuições, entre outras, nos domínios dos transportes e comunicações;

Considerando que através de pedido dirigido a esta edilidade, a Junta de Freguesia de Nogueira solicitou a cedência de cubo usado, retirado da estrada Municipal de Azias, para pavimentação da área a pavimentar circundante à Sede da Junta de Freguesia de Nogueira;

Proponho, nos termos da alínea o), do n.º1 do art.º 33º da supra citada lei, a cedência de 1000 m2 de cubo para a pavimentação da referida área.

Mais proponho que, em conformidade com o disposto na referida alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, a presente proposta seja submetida à sessão da Assembleia Municipal de Ponte da Barca, para efeitos de autorização, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º da mesma Lei.

Ponte da Barca, 18 de dezembro de 2020

O Presidente da Câmara

Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta.-----



12.13.- APOIO AO COMÉRCIO LOCAL ATRAVÉS DA INICIATIVA "NESTE NATAL, COMPRO NO COMÉRCIO LOCAL."

- Proposta-

- Ratificação-

- No seguimento da informação interna, registada sob o nº 5799, em 18712/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve: "Considerando que:

O comércio local é repleto de histórias, rostos, os quais representam, acima de tudo, a identidade local de Ponte da Barca, onde são frequentemente concretizadas diversas atividades de manifesto interesse municipal no domínio económico, social, cultural, etc.;

A Câmara Municipal de Ponte da Barca tem estado atenta, e numa tentativa de dinamização deste tipo de comércio, sabendo de antemão que estas micro, pequenas e médias empresas encontram-se numa situação de particular risco e vulnerabilidade, neste contexto da crise pandémica;

Proponho, nos termos das alíneas m), do n.º 2 do art.º 23 e ff), do n.º 1 do art.º 33 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que se implemente junto do comércio local a iniciativa "Neste Natal, compre no comércio local", contribuindo, desta forma, para o aumento de pessoas a comprar nos estabelecimentos comerciais de Ponte da Barca.

Assim, a Câmara Municipal atribuirá cupões às lojas aderentes, os quais serão distribuídos pelos clientes cujo valor das compras atinja o valor mínimo de 10 euros, sendo que, o número máximo de cupões a atribuir por cada compra será 10 (dez).

Mais proponho, nos termos das alíneas supracitadas e ainda da alínea u) do referido diploma legal a atribuição de vales às seguintes entidades:

- Trabalhadores operacionais, ou equiparados de IPSS's do concelho;

- Corpo ativo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Ponte da Barca.

Proponho ainda, alocar a verba despendida no tradicional jantar de Natal da autarquia a vales distribuídos aos funcionários para serem gastos no comércio local, com o objetivo de dinamizar este setor fustigado pelo vírus Covid 19.

Isto posto, anexo à presente proposta normas de participação no sorteio e utilização dos vales, que aqui se dão por reproduzidos e ficam a fazer parte integrante dos documentos da presente ata.



Câmara Municipal de Ponte da Barca, 15 de dezembro de 2020.

O Presidente da Câmara Municipal,

Augusto Manuel dos Reis Marinho"

- Em 18/12/2020, o senhor Presidente da Câmara emitiu o seguinte Despacho: "Para ratificação na próxima reunião de Câmara."-----

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente da Câmara, datado de 18/12/2020.-----

12.14.- PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A CONFRARIA DE NOSSA SENHORA DA PAZ

- Proposta-

- Aprovação de minuta-

- No seguimento de pedido formulado pela Confraria de Nossa Senhora da Paz, registado sob o nº 6474, em 03/07/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:

"Considerando que:

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer;

A Confraria de Nossa Senhora da Paz solicitou a colaboração da Câmara Municipal para a beneficiação da iluminação do espaço envolvente ao Parque de Merendas, junto ao Santuário de Nossa senhora da Paz;

Os interesses públicos que à Autarquia competem podem ser concretizados quer através de investimentos próprios, quer delegando competências ou subsidiando investimentos, in casu concretizam-se através da celebração de um protocolo, onde além do mais se estabelece o montante do apoio financeiro a suportar pelo município;

Nos termos da alínea o), nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e

defesa dos direitos dos cidadãos.

Assim, proponho a aprovação da presente minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Ponte da Barca e a Confraria de Nossa Senhora da Paz .

Ponte da Barca, 16 de dezembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

(Augusto Manuel dos Reis Marinho, Dr.)

Minuta

Protocolo entre o Município de Ponte da Barca e a Confraria de Nossa Senhora da Paz

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva nº 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, 4980-620 Ponte da Barca, devidamente representada pelo seu Presidente, Augusto Manuel dos Reis Marinho, conforme poderes que lhe são conferidos no artigo 35º, nº 1, alínea a), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e

A Confraria de Nossa Senhora da Paz, pessoa coletiva nº 503265284, devidamente representada pelo seu Presidente, José Manuel Reis Sousa e de acordo com a autorização que lhe foi conferida pelos órgãos da referida Confraria.

Nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Pelo presente protocolo, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e a Confraria de Nossa Senhora da Paz, acordam o apoio financeiro à referida instituição para a beneficiação da iluminação do espaço envolvente ao Parque de Merendas, Junto ao Santuário de Nossa Senhora da Paz.

Cláusula 2ª

A Câmara Municipal de Ponte da Barca transfere para a Confraria de Nossa Senhora da Paz, o valor total de 6.308,59 €, com IVA incluído, sendo que este valor será pago até ao final do ano 2021, de acordo com a disponibilidade de tesouraria do município, sendo que a despesa tem o número de compromisso 2020/2395. A Confraria de Nossa Senhora da Paz responsabiliza-se pela correta utilização da verba a receber, bem como pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos.



Cláusula 3ª

A Câmara Municipal reserva-se o direito de acompanhar a execução da empreitada objeto do presente protocolo, em colaboração com a Confraria de Nossa Senhora da Paz .

Cláusula 4ª

Qualquer revisão ou adaptação do presente protocolo de colaboração será acordada entre todos os outorgantes e celebrados os competentes aditamentos a este documento, por escrito.

Ponte da Barca, aos dias do mês de de

O presente Protocolo foi feito em duplicado, ficando um exemplar, devidamente assinado e autenticado com selo branco, na posse de cada um dos outorgantes.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca,

Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho

O Presidente da Confraria de Nossa Senhora da Paz,

José Manuel Reis Sousa”

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, bem como a minuta do protocolo, supra transcrita.-----

12.15.- DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2021

- Proposta-

- No seguimento da informação interna, registada sob o nº 5804, em 18/12/2020, pelo senhor Presidente da Câmara foi presente a seguinte Proposta: "Com o SNC-AP (Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, assistimos à segunda grande reforma na contabilidade pública portuguesa, com a revogação do POCP e dos planos setoriais derivados, de entre os quais o POCAL.

No que respeita às autarquias locais e entidades equiparadas, sujeitas à aplicação do POCAL (municípios, áreas metropolitanas, entidades intermunicipais, assembleias distritais, freguesias, associações de freguesias e de municípios de direito público), passaram a adotar o SNC-AP a partir do exercício de 2020.

Dadas as suas especificidades, mantêm-se em vigor os pontos 2.9 – Controlo interno, 3.3 – Regras previsionais e



8.3.1 – Modificações do orçamento, do POCAL.

Tendo como objetivo, uma adequação gradual da contabilidade do Município de Ponte da Barca à nova realidade contabilística, com reflexos nos mapas e na informação previsional, apresenta-se em seguida, tal como previsto no n.º 17 do ponto 6 da NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração de fluxos de caixa, que devem ser aprovadas pelos órgãos competentes.

Nestes termos apresentam-se de seguida os seguintes documentos:

- Balanço Previsional para 2021
- Demonstração dos resultados por natureza para 2021
- Demonstração dos fluxos de caixa para 2021

Ponte da Barca, 18 de dezembro de 2020

O Presidente da Câmara

Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho”

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta. Votaram contra os senhores Vereadores do PS, Pedro Sousa Lobo e Sílvia Torres. Abstiveram-se as senhoras Vereadoras do PSD, Maria José Gonçalves e Fernanda Marques.-----

- Pela senhora Vereadora do PSD, Fernanda Marques, foi apresentada a Declaração de Voto que se transcreve: “ Por forma a ser coerente com o meu sentido de voto nas Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2021 e porque os documentos agora colocados à votação até poderiam ter acompanhado esse documento, abstenho-me nesta votação com a seguinte declaração de voto: “Os valores apresentados nestes documentos comprovam que estamos perante números que não se coadunam com o município de Ponte da Barca, não refletem a realidade que temos.

Note-se que, na administração pública o resultado líquido não deve ser visto como uma medida de desempenho, nem de êxito na sua atividade.

O objetivo de uma entidade pública não é a obtenção do lucro, mas um desempenho que reflita uma gestão económica eficiente e eficaz.

Idealmente o resultado líquido deveria rondar o valor de zero.



Num serviço público os proveitos não constituem, ao contrário das empresas, uma boa medida de *outputs*.

Fernanda Marques."-----

12.16 – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A JUNTA DE FREGUESIA DE BOIVÃES

- Proposta-

- Aprovação de minuta-

- No seguimento de pedido formulado pela Junta de Freguesia de Boivães, registado em GSP sob o nº 115, em 30/10/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:

"Considerando que:

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como atribuições a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, conforme dispõe o n.º1 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

A Junta de Freguesia de Boivães solicitou o apoio financeiro da Câmara Municipal para a empreitada de Construção da Sede da Junta de Freguesia;

A 22 de outubro foi celebrado um protocolo com esta Junta de Freguesia, no valor de 20.538,20 euros, e solicitado a aprovação de um financiamento à DGAL nos termos do Despacho Normativo nº 29-B/2001, de 6 de janeiro. No entanto, foi a Junta de Freguesia de Boivães notificada pela Direção Geral das Autarquias Locais que o financiamento no âmbito do Programa Sedes de Freguesia foi atribuído em 1984, tendo sido apenas liquidado o montante de 1.870,49 €. Desta forma, e de acordo com a comunicação da DGAL, não é possível uma nova candidatura por parte da Junta de Freguesia de Boivães nos termos do nº 3 do despacho acima identificado. Neste sentido, esta Junta de Freguesia não tem meios próprios para assegurar o financiamento do valor que estaria inicialmente atribuído ao apoio da Administração Central, colocando esta Junta de Freguesia numa situação extremamente delicada uma vez que a obra já se encontra em execução.

Nos termos da alínea o), nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos.

Assim, considerando que compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberar sobre as formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, conforme disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 33º do referido diploma legal, proponho a aprovação da presente minuta de protocolo a celebrar entre o Município de Ponte da Barca e a Junta de Freguesia de Boivães.

Protocolo entre o Município de Ponte da Barca e a Junta de Freguesia de Boivães

Minuta

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva nº 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, 4980-620 Ponte da Barca, devidamente representada pelo seu Presidente, Augusto Manuel dos Reis Marinho, conforme poderes que lhe são conferidos pela alínea a), nº 1, do artigo 35º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro,

e

A Junta de Freguesia de Boivães, pessoa coletiva nº 507746457, devidamente representada pelo seu Presidente, António Martins da Costa, no uso das competências próprias.

Nos termos do disposto alínea j), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Pelo presente protocolo, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e a Junta de Freguesia de Boivães, acordam no apoio financeiro à referida entidade para a empreitada de Construção da Sede da Junta de Freguesia.

Cláusula 2ª

O referido apoio financeiro foi definido com base na seguinte fórmula de cálculo e de acordo com as condições a seguir indicadas:

Fórmula de cálculo:

$CMCM = VPC - 0.1VPC$

$CMCM = 0.9VPC - PC$

Em que:

CMCM – Comparticipação máxima da Câmara Municipal

VPC – Valor padrão da construção (Portaria n.º 3/2020, de 13 de janeiro)

AC – Área bruta de construção

CPC – Custo padrão da Construção/m²

PC – Valor Protocolo Anterior

Condições:

- a) Estipula-se como área bruta de construção de uma sede de junta de freguesia a área de 200 m²;
- b) Estipula-se como custo padrão da construção por m² o valor de 492,00 euros, tal como previsto no art.º 1 da Portaria n.º 3/2020, de 13 de janeiro
- c) Sempre que a sede de junta a apoiar apresente uma área bruta de construção superior a 200m², só serão considerados para efeitos de cálculo, o valor padrão da construção correspondente a AC= 200 m² e CPC= 492,00 euros
- d) Sempre que a sede de junta em questão apresente uma área bruta de construção inferior a 200 m², considera-se para efeito de cálculo, esse valor com AC e CPC= 492,00 euros
- e) Resulta da fórmula que a Junta de Freguesia nunca suportará um valor inferior a 10% do Valor Padrão da Construção a título de investimento próprio
- f) A comparticipação da Câmara Municipal será transferida mediante comprovativos de realização de despesa
- g) 10% da Comparticipação Máxima da Câmara Municipal só será transferida para a Junta de Freguesia após conclusão da construção.

Cálculo do apoio financeiro a conceder à Junta de Freguesia de Boivães:

AC= 136,5 m²

VPC= 492,00 euros

PC= 20.538,20 euros

CMCM= $0.9(136,5 \times 492,00 \text{ euros}) - 20.538,20 \text{ euros}$

CMCM = 39.904,00 €

Cláusula 3ª

A Câmara Municipal de Ponte da Barca transfere para a Junta de Freguesia de Boivães, o valor total de 39.904,00 € euros se destinam à Construção da Sede da Junta de Freguesia. Este valor será pago até ao final do primeiro semestre de 2021, de acordo com a disponibilidade de tesouraria do município, sendo que a despesa tem o número de compromisso 1739/2020. A Junta de Freguesia de Boivães responsabiliza-se pela correta utilização da verba a receber, bem como pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 4ª

A Câmara Municipal reserva-se o direito de acompanhar a execução do investimento objeto do presente protocolo, em colaboração com a Junta de Freguesia de Boivães.

Cláusula 5ª

Qualquer revisão ou adaptação do presente protocolo de colaboração será acordada entre todos os outorgantes e celebrados os competentes aditamentos a este documento, por escrito.

Parágrafo único:

A minuta deste protocolo foi presente à reunião da Câmara Municipal de Ponte da Barca em ___ de _____ de 2020 e, em conformidade com o disposto na alínea o) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, submetida à sessão da Assembleia Municipal de Ponte da Barca, em ___ de _____ de 2020, para efeitos de autorização, nos termos da alínea j) do nº1 do artigo 25º da mesma Lei.

Ponte da Barca, aos _____ dias do mês de _____ de 2020.

O presente Protocolo foi feito em duplicado, ficando um exemplar, devidamente assinado e autenticado com selo branco, na posse de cada um dos outorgantes.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca

(Augusto Manuel dos Reis Marinho)

O Presidente da Junta de Freguesia de Boivães,

(António Martins da Costa)“

----- A Câmara Municipal deliberou, por maioria, aprovar a presente proposta, bem como a minuta do protocolo, supra transcrita. Abstiveram-se os senhores Vereadores do PS, Inocêncio Araújo, Pedro Sousa Lobo e Sílvia Torres. Votou contra a senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves.-----

- Pelos senhores Vereadores do PS, Pedro Sousa Lobo e Sílvia Torres, foi ditada para a ata a seguinte Declaração de Voto: “Abstemo-nos porque consideramos que houve um erro na condução do processo. Veio a reunião de Câmara um apoio de 20.000 € e foi-nos garantido que haveria um apoio da DGAL, e agora infelizmente este erro vai custar aos cofres dos barquenses mais 39 mil euros o que não é justo. Por outro lado todo, este processo se assemelha mais a um cumprimento de uma promessa com intuítos meramente eleitoralistas e não um assunto que foi devidamente estudado e ponderado pelo município. Esta abstenção permite que a freguesia não seja



prejudicada pelos erros do Presidente da Câmara porque já existe uma empreitada em execução e ninguém quer que a obra fique só com o esqueleto de estrutura. No entanto reafirmamos a total falta de responsabilidade do executivo numa gestão criteriosa dos dinheiros públicos e no acompanhamento técnico de uma justa aspiração dos habitantes da freguesia de Boivães.”

- Pela senhora Vereadora do PSD, Maria José Gonçalves, foi ditada para a ata a seguinte Declaração de Voto: “Voto contra uma vez que não foram respondidas com objetividade todas as questões que se prendem com a edificação desta sede, e que vêm desde a aquisição do terreno. Recorde-se que também o terreno foi adquirido com um subsídio da Câmara Municipal a que se somou um protocolo de 20.000 euros, isto no pressuposto de que o restante valor necessário seria atribuído pela DGAL. Não se tendo verificado a atribuição da comparticipação da DGAL e tendo o senhor Presidente da Câmara assumido a viabilização desta sede de Junta de Freguesia, onerando de forma exorbitante os compromissos de todos os barquenses numa situação em que necessitam de bens essenciais para responder às suas necessidades básicas, pretende o senhor Presidente assumir praticamente na íntegra a despesa com um bem que não será pertença da Câmara Municipal. Voto contra porque mais uma vez a Câmara Municipal deveria ter liderado pelo exemplo não alimentando fazer despesa sem que estivesse garantida a receita. A falta de respostas claras e objetivas fazem que vote contra esta proposta.” -----

- Pelo senhor Presidente da Câmara foi ditada para a ata a seguinte Declaração de Voto: “Mais do que palavras é necessária ação e foi este executivo que ao fim de tantos anos ajudou a criar condições para construção de uma sede de junta da única freguesia que não detém este equipamento para servir a sua população. Equipamento importante e fundamental no apoio a toda a população reivindicado desde sempre pelas juntas de freguesia e que só agora encontrou ouvidos e disponibilidade e interesse de ajudar. Relativamente ao ponto, importa informar que prestei os esclarecimentos solicitados e este processo resulta da aplicação de uma fórmula, pelo que na primeira vez que este assunto foi debatido, tive o cuidado de evidenciar, quer em reunião de Câmara Municipal, quer na Assembleia Municipal, que se houvesse algum problema com a comparticipação da DGAL o município, no respeito pela aplicação da fórmula, teria que fazer um reforço de verba. Maior transparência não existe e leveza na forma como tratamento destes assuntos com certeza não será por este executivo.” -----



12.17 – PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PONTE DA BARCA E A JUNTA DE FREGUESIA DE OLEIROS

- Proposta-

- Aprovação de minuta –

- No seguimento do pedido formulado pela Junta da Freguesia de Oleiros, registado sem GSP sob o nº 112/2020, pelo Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara foi presente a proposta que se transcreve:

”Considerando que:

O Município de Ponte da Barca, nos termos das suas atribuições definidas por lei, tem como objeto a prossecução dos interesses próprios, comuns e específicos da população do Concelho, bem como a definição das políticas para o fazer;

A Junta da Freguesia de Oleiros solicitou a colaboração da Câmara Municipal para apoiar financeiramente na beneficiação da zona envolvente ao Cruzeiro de Oleiros, do Largo do Senhor da Paz e do Largo de Santo Adrião;

Os interesses públicos que à Autarquia competem podem ser concretizados quer através de investimentos próprios, quer delegando competências ou subsidiando investimentos, in casu concretizam-se através da celebração de um protocolo, onde além do mais se estabelece o montante do apoio financeiro a suportar pelo município;

Nos termos da alínea o), nº 1, do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à execução de obras ou à realização de eventos de interesse para o município, bem como à informação e defesa dos direitos dos cidadãos.

Assim, proponho a aprovação da minuta de protocolo infra, a celebrar entre o Município de Ponte da Barca e a Junta da Freguesia de Oleiros.

Câmara Municipal de Ponte da Barca, 18 de dezembro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal,

Augusto Manuel dos Reis Marinho



Minuta

Protocolo entre o Município de Ponte da Barca e a Junta da Freguesia de Oleiros

O Município de Ponte da Barca, pessoa coletiva nº 505 676 770, com sede na Praça Dr. António Lacerda, 4980-620 - Ponte da Barca, devidamente representada pelo seu Presidente, Augusto Manuel dos Reis Marinho, conforme poderes que lhe são conferidos no artigo 35º, nº 1, alínea a), do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, , como Primeiro Outorgante

e

A Junta da Freguesia de Oleiros, pessoa coletiva nº 507 064 402, devidamente representada pelo seu Presidente, Nuno Filipe da Costa Pereira, no uso das competências previstas nas alíneas a) e g) do nº 1 do artigo 18º da Lei nº 75/2013, como Segunda Outorgante;

Nos termos do disposto na alínea o), nº 1 do artigo 33º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é celebrado o presente protocolo de colaboração que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª

Pelo presente protocolo, a Câmara Municipal de Ponte da Barca e a Junta da Freguesia de Oleiros, acordam na transferência de um apoio financeiro à referida entidade para Beneficiação da zona envolvente ao Cruzeiro de Oleiros, do Largo do Senhor da Paz e do Largo de Santo Adrião;

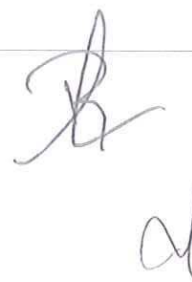
Cláusula 2ª

A Câmara Municipal de Ponte da Barca transfere para a Junta da Freguesia de Oleiros, os valores totais de 149.177,08 euros se destinam apoiar financeiramente as empreitadas identificadas na Cláusula 1ª. Este valor será pago até ao final do terceiro trimestre de 2021, de acordo com a disponibilidade de tesouraria do município, sendo que a despesa tem o número de compromisso 2398/2020.

A Junta da Freguesia de Oleiros, responsabiliza-se pela correta utilização da verba a receber, bem como pelo cumprimento do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 3ª

A Câmara Municipal reserva-se o direito de acompanhar a execução do projeto objeto do presente protocolo, em colaboração com a Junta da Freguesia de Oleiros.



Cláusula 4ª

Qualquer revisão ou adaptação do presente protocolo de colaboração será acordada entre todos os outorgantes e celebrados os competentes aditamentos a este documento, por escrito.

Ponte da Barca, aos _____ dias do mês de _____ de 2020.

O presente Protocolo foi feito em duplicado, ficando um exemplar, devidamente assinado e autenticado com selo branco, na posse de cada um dos outorgantes.

O Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca

Dr. Augusto Manuel dos Reis Marinho

O Presidente da Junta da Freguesia de Oleiros

Nuno Filipe da Costa Pereira “

----- A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta, bem como a minuta do protocolo supra transcrita.-----

PONTO Nº 13- OUTROS ASSUNTOS

13.1.- ALTERAÇÕES ORÇAMENTAIS

- Presente informação interna da Unidade Financeira e de Compras Públicas, registada sob o nº 5796, em 18/12/2020, que se transcreve: “De acordo com o previsto na Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na alínea d) do nº 1, do artigo 33º as alterações orçamentais são da competência da Câmara Municipal, conjugando este artigo com a alínea a) nº 1 do artigo 34º, esta competência foi delegada no Sr Presidente da Câmara em reunião datada de 19/10/2017. Desta forma, segue em anexo a listagem das alteração orçamentais efetuadas no decorrer do presente ano, para conhecimento da Câmara Municipal, sendo que tais alterações são referentes a rubricas com dotação orçamental insuficientes, tais como as rubricas referentes a remunerações, aquisição de material para manutenção, reparação de infra-estruturas da responsabilidade do município, cabimentação de projetos e empreitadas financiadas, entre outras rubricas que sofreram alteração e que são essenciais para o bom funcionamento dos serviços da autarquia, como podemos verificar no documento em anexo. Assim, solicitamos

autorização superior para submeter a reunião de Câmara os documentos em anexo para conhecimento.”-----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

PONTO Nº: 14 – ENCERRAMENTO

----- Por último, a Câmara Municipal, usando a faculdade que lhe confere o nº 3, do artº 57º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata desta reunião, em minuta, para produzir efeitos imediatos, sendo assinada pelo Presidente da Câmara e Secretária da presente reunião.-----

- E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara, pelas onze horas e cinquenta e oito minutos, declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.-----



Quiza Alexandra da Rocha Pereira Gonçalves